

# No Sul, população participa

JOSÉ MITCHELL

**PORTO ALEGRE** – Além da bem sucedida experiência de 10 anos com o Orçamento Participativo (OP) da capital, que este ano incluiu até uma associação de moradores de rua na definição das verbas, o Rio Grande do Sul se tornou, em 1999, o primeiro estado brasileiro a adotar sistema idêntico por iniciativa do governador Olívio Dutra (PT).

Iniciado de forma pioneira no país na década de 80 pelo então prefeito de Pelotas e atual deputado do PSB Bernardo de Souza, o Orçamento Participativo foi absorvido pelos petistas gaúchos, que o transformaram em sucesso mundial: a experiência, em diferentes formas, foi adotada em dezenas de cidades brasileiras e também no Senegal (África), na França, e na região da Catalunha, na Espanha, entre outros países.

Além disso, o OP se tornou referência para vários órgãos da

ONU e até de organismos financeiros internacionais, como o Banco Mundial, para liberação de programas e financiamentos, pois permite que a população fiscalize a aplicação dos recursos.

A experiência do Rio Grande do Sul bateu recordes de participação (320 mil pessoas) e de reuniões (mais de 800), porque as oposições criaram seu próprio sistema – o Fórum Democrático, uma espécie de revisão do OP. Eles se basearam em outra estrutura, a dos conselhos regionais de desenvolvimento (Coredes), criados pelo então governador Alceu Collares (PDT).

**Ação** – Assim, mais de 320 mil pessoas, nos dois sistemas, definiram no orçamento de R\$ 8,8 bilhões do ano 2000 as prioridades para agricultura, educação, saúde e transportes. Collares entrou com ação na Justiça que impede, até agora, uso de recursos públicos (diárias, viagens, etc) do governo petista no custeio do Orçamento Participativo.

Basicamente, o OP é elaborado em sucessivas reuniões da população, que elegem delegados, que por sua vez elegem conselheiros, ao mesmo tempo que definem onde o dinheiro do orçamento deve ser aplicado. No ano seguinte, da realização de obras, os conselheiros fiscalizam a aplicação dos recursos.

A experiência petista na capital, este ano, reuniu 40 mil pessoas em centenas de reuniões. Os porto-alegrenses em 1999 mudaram as tradicionais prioridades, privilegiando, pela ordem, habitação, pavimentação e saúde, na parte dos investimentos e serviços (40% dos R\$ 840 milhões do orçamento da capital).

O perfil médio dos participantes do OP é da faixa pobre, mas em 1999 cresceu a participação da classe média e também dos setores ainda mais empobrecidos, como os moradores de rua. Reflexo disso, a saúde se tornou a terceira maior prioridade e a assistência social subiu para a quinta colocação.